

## O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO DOS ANOS 1930 E 1940: O CASO DO NACIONALISMO ESTATISTA

Fernando da Silva Rodrigues\*

### RESUMO

A discussão teórica tomou como base a análise bibliográfica sobre a construção do pensamento nacionalista no Brasil, dentro do contexto histórico-político mundial de transição dos regimes liberais para regimes autoritários intervencionistas, com enfoque no poder do Estado e na formação de elites institucionais como mecanismo de controle da sociedade. Neste artigo, procurei analisar o debate de intelectuais e militares brasileiros sobre o novo projeto de Estado estabelecido entre os anos 1930 e 1940.

**Palavras-chave:** Pensamento Político. Militares. Intelectuais.

### BRAZILIAN POLITICAL THOUGHT THE YEARS 1930 AND 1940: THE CASE OF NATIONALISM STATIST

### ABSTRACT

The theoretical discussion was based on literature review on the construction of nationalist thought in Brazil, within the world-historical-political context of transition from liberal to interventionist authoritarian regimes, with focus on state power and the formation of institutional elites as a control mechanism of society. In this paper, I sought to analyze the debate of intellectuals and Brazilian military on the new draft State established between 1930 and 1940.

**Keywords:** Political Thought, Military Personnel. Intellectuals.

### EL PENSAMIENTO POLÍTICO BRASILEÑO EN LOS AÑOS 1930 Y 1940: EL CASO DEL NACIONALISMO ESTATISTA

### RESUMEN

La discusión teórica se basa en un análisis bibliográfico sobre la construcción del pensamiento nacionalista en Brasil, en el contexto histórico y político mundial de transición de regímenes liberales para los regímenes autoritarios intervencionistas, con un enfoque en el poder del Estado y en la formación de las élites institucionales como medio de control de la sociedad. En este artículo he tratado de analizar

---

\* Pós-Doutor em História Política pela UERJ, pesquisador da Escola Superior de Guerra, professor da Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, e bolsista de pesquisa da FAPERJ. Coordena a linha de pesquisa A Questão Geopolítica da Amazônia, no Laboratório de Defesa Nacional e Segurança Internacional (LABSDEN), da ESG. Contato: fernandoahex@gmail.com

el debate intelectual y militar de Brasil en el nuevo proyecto de Estado que se estableció entre los años 1930 y 1940.

**Palabras clave:** Pensamiento Político. Militares. Intelectuales.

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado Novo<sup>1</sup> constituiu-se em decorrência de uma política de massas que se foi definindo no Brasil a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Dentro de um contexto maior, no período analisado, o modelo político do Estado brasileiro transitava do liberalismo da Primeira República para o intervencionismo estatal, culminando com a implantação do Estado Novo, que estabeleceu um regime autoritário adotando ideais nacionalistas e estatistas.

O Exército conformava-se à imagem do Estado, assegurando as novas aspirações republicanas. O investimento no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, conseguida principalmente com a ação das missões militares estrangeiras e nacionais<sup>2</sup> e com a atuação do Coronel José Pessoa, transformou esses oficiais em atores políticos intervencionistas.

Nos países subdesenvolvidos da América Latina após 1930, parte de seus Oficiais foram movidos por impulsos modernizadores conservadores, pelos quais apoiaram movimentos golpistas e revolucionários centralizadores, por encararem com receio ou suspeita a política democrática e alguns projetos de reformas sociais.

Ao exercerem funções na estrutura burocrático-administrativa do Estado, apoiaram as mudanças políticas ocorridas. Na condição de servidores do Estado, esses oficiais desempenharam papéis importantes nas reformas sociais, econômicas, administrativas e militares, fortalecendo a ordem social estabelecida.

O estabelecimento do pensamento político autoritário brasileiro correspondeu ao momento de aproximação com matrizes de pensamento autoritário, principalmente com a implantação de regimes totalitários na Europa, contextualizado pelo medo dos movimentos radicais de trabalhadores urbanos e pelo medo do comunismo nacional e internacional.

---

1 O Estado Novo foi um período autoritário da história brasileira, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Acesso em: 27 de novembro de 2014.

2 Posso citar como exemplo a atuação dos Jovens Turcos (a partir de 1913 junto aos Corpos de Tropa do Exército brasileiro e na publicação da Revista A Defesa Nacional), da Missão Indígena para a Escola Militar do Realengo (1919-1922), da Missão Militar Francesa (1919-1939) e da Missão Militar Americana (que atuou a partir de 1934 no Centro de Instrução de Artilharia de Costa).

Regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha foram constituídos nessa época. O sucesso da experiência italiana e alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos, tais como: o Brasil e a Argentina.

Quanto à bibliografia, neste estudo, analisamos, principalmente, a historiografia que aborda a questão da construção de uma elite política, como foi o caso das obras de José Murilo de Carvalho (2005) e Alfred Stepan (1975), e a historiografia que trata da construção de uma elite profissional, nesse outro caso, com as obras de Jehovah Motta (2001) e Samuel P. Huntington (1996).

Para a análise do Estado Novo e da política discriminatória, discutimos obras de autores como Maria Luiza Tucci Carneiro, pertencente a um grupo de intelectuais mais atuais que abordam o tema de maneira a discutir a existência de uma política discriminatória durante o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e Azevedo Amaral, de um grupo de intelectuais, dos anos de 1930 e 1940, na tentativa de justificar a existência das políticas discriminatórias dentro de um Estado autoritário.

Por fim, fizemos uma análise mais aprofundada da obra *O Estado Militar na América Latina*, de Alain Rouquié, uma das que realiza uma investigação comparativa sobre os militares e o poder nos países latino-americanos.

Para a discussão sobre a formação do oficial do Exército Brasileiro, no contexto da formação de uma elite profissional, nos apoiamos em José Murilo de Carvalho (2005), *Forças Armadas e Política, 1930-1945*, que analisou a participação do Exército Brasileiro na política do período em que Getúlio Vargas esteve presente no cenário do poder nacional, como Chefe do governo provisório, após a Revolução de 1930 até tornar-se presidente do regime autoritário, que só retornaria à rota de uma democracia liberal em 1945.

Com relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa utilizou principalmente os documentos impressos e manuscritos da série Ministério da Guerra, do acervo do Estado-Maior do Exército e acervo da Escola Militar do Realengo, além dos acervos dos generais Dutra e Góes Monteiro, relativos ao período de 1930 a 1945, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército.

O uso da documentação escrita (manuscrita e impressa) e das estatísticas elaboradas durante a investigação muito contribuíram para a confecção deste artigo. É importante frisar que a documentação trabalhada, até os dias atuais, teve pouca procura para realização de trabalhos acadêmicos.

## **2 DA REVOLUÇÃO DE 1930 À IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO: A TRANSIÇÃO DO LIBERALISMO PARA O AUTORITARISMO**

No período de 1931 a 1937, foram observadas as bases para formação de uma elite institucional nacional, no caso do Exército Brasileiro, articulada à construção

de uma nova cultura política a partir da criação de tradições como o “culto a Caxias” e pelo medo do comunismo nacional e internacional.

O ensino militar foi modificado para seguir na direção da modernização e da profissionalização com o objetivo de construir uma nova elite militar que agiria como vanguarda dos interesses do novo Estado que se instalou após a Revolução de 1930, e procura afastar os jovens oficiais de atividades políticas revolucionárias desestabilizadoras da ordem e de movimentos subversivos, como o comunismo.

Com a vitória dos revolucionários de 1930, as correntes autoritárias foram se fortalecendo. Elas se opunham à Constituição liberal de 1891, considerada mera cópia de fórmulas estrangeiras e, portanto, inadequada à realidade brasileira. Seguiam no Brasil as novas tendências internacionais, favoráveis a um modelo de Estado forte e intervencionista. No campo do poder, os conflitos foram violentos em torno da questão relacionada à centralização política versus a autonomia dos estados.

Quanto ao nacionalismo, durante os primeiros momentos do governo Vargas, após a Revolução de 1930, leis<sup>3</sup> foram decretadas com o objetivo de limitar a entrada de estrangeiros no Brasil.

Através de leis, foi estabelecido ainda que, no mínimo, dois terços dos postos de trabalho deveriam ser ocupados por brasileiros. Com a inclusão dessa matéria, o Estado fundamentava parte dos seus interesses políticos nacionalistas e a busca de apoio dos trabalhadores.

O discurso de proteção ao trabalhador nacional criava em contrapartida uma política de ataque ao estrangeiro, considerado culpado pelo desemprego e pelos conflitos sociais que o Brasil vivia. O estrangeiro tornou-se sinônimo de problema, de subversão, do elemento responsável por ter trazido o comunismo para o Brasil, portanto, eram justificadas as medidas repressivas adotadas contra eles pelo Estado.

No campo político, após os anos 1930, o Estado caracterizou-se por uma divisão de poder entre a nova burguesia nacional e a velha oligarquia. Em alguns Estados subdesenvolvidos, o aparelho burocrático foi usado para formar um grupo industrial que, posteriormente, dividiu as funções empresariais entre as empresas pertencentes ao Estado. O processo de industrialização, por sua vez, criou os deslocamentos populacionais do campo para as cidades, bem como as sociedades urbanas de massa, compostas de um operariado assalariado e uma população de não assalariados, centro de revoltas sociais.

---

3 Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Coleção de Leis do Brasil. Constituição Federal do Brasil de 1934, com relação à imigração, foram estabelecidas cotas por nacionalidades para entrada de estrangeiros; e Decreto-Lei nº 406, de 04/05/1938 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

O aparecimento do autoritarismo é explicado como tendência lógica de uma burguesia financeira e monopolista regional frágil em resposta a uma crise econômica capitalista mundial e a luta entre e no meio de classes que têm em vista a sua participação nos benefícios da divisão internacional de trabalho.

E ainda, é a pressão proveniente das burguesias e dos Estados metropolitanos no sentido de expandir a acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido que força novas medidas, como o militarismo, cujo objetivo é extrair o excedente, por uma fração crescente dos benefícios que provêm da produção.

Podemos observar que o militarismo<sup>4</sup> é acionado pelas burguesias metropolitanas como forma de estabelecer a ordem e aumentar a acumulação capitalista (CARNOY, 1986, p. 242). Logo, o problema da hegemonia, que a interação política foi incapaz de resolver, é solucionado através do recurso ao autoritarismo, principalmente, frente à crise de acumulação, quando as formas democráticas e outras formas de Estado burguês não são mais adequadas a satisfazer as necessidades do capital doméstico estrangeiro e quando uma coalizão capitalista atua para substituir estas formas por regimes autoritários.

O aparecimento do autoritarismo no mundo subdesenvolvido é uma resposta dita necessária para uma crise.

No período de 1937 a 1945, articulamos a ideia de formação de uma elite institucional nacional à instalação do nacionalismo estadista, no contexto de um governo centralizador e autoritário chefiado por Getúlio Vargas, que tinha como Ministro, na pasta da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, que também utilizou o mesmo modelo centralizador e autoritário para administrar a Instituição da qual estava à frente.

A partir de 1938, damos o exemplo do Exército que foi reorganizado, a fim de atender ao novo momento político que o Brasil atravessava. Para tanto, a nova organização teve como ponto central a retirada do Estado-Maior do Exército (EME) da posição de mais alto órgão na estrutura da defesa nacional, passando a ser apenas um órgão de consultoria.

Naquele momento, a direção do Exército passou a ser exercida pelo Presidente da República, que seria representado pelo seu Ministro da Guerra, o qual atuaria como órgão de direção e inspeção, articulado com o movimento centralizador que a política brasileira vinha assumindo. O EME do General Góis Monteiro era deslocado do centro do poder político para a periferia, abrindo espaço para o domínio centralizador do General Dutra, elemento importante na configuração do novo governo.

---

4 Por militarismo entende-se o domínio dos militares em relação aos civis, a ênfase indevida sobre as exigências militares, ou qualquer transcendência dos verdadeiros objetivos militares pelas Instituições militares, que tem sido uma realidade da vida na América Latina. Consideramos o conceito de militarismo como uma deturpação das atividades da Instituição militar, tal como a intervenção na política. (RODRIGUES; 2010, p. 31).

No Estado Novo, a política brasileira tornou-se autoritária de fato, eliminando o sistema federalista e o regime liberal, consolidando o ideal de Estado forte.

No entanto, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados na Itália, como não poderia deixar de ser, mostrou as contradições ideológicas do Estado Novo. Observa-se a redemocratização, com o retorno ao modelo político liberal e representativo no país, após o afastamento de Vargas do poder, marcada pela promulgação da Constituição Brasileira em 18 de setembro de 1946.

### **3 INTELCTUAIS, AUTORITARISMO E O NOVO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

Por autoritarismo, podemos entender um poder empregado na estrutura dos sistemas políticos, regimes que privilegiam a autoridade governamental, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as Instituições representativas.

Nesse quadro, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos normalmente são reduzidas à expressão mínima ou extintas, e as Instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou desmobilizadas. Segundo Mario Stoppino (2000, p. 94), a centralidade do princípio de autoridade é um caráter comum do autoritarismo. Em consequência, também a relação entre comando apolítico e obediência incondicional caracteriza o autoritarismo.

O poder autoritário é entendido em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionado por uma estrutura política bastante hierarquizada, escorada na desigualdade entre os homens, que exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e emprega diversos meios de coerção para impor a obediência.

O regime autoritário, produto também das condições políticas vigentes na primeira metade do século XX, caracterizou-se pelo pouco investimento no campo social, pela inexistência de uma associação entre o Partido e o Estado e pela restrição à mobilização das massas. O autoritarismo tende a ser mais conservador, ligado às tradições do passado. O autoritarismo, a ditadura e o totalitarismo surgiram e foram utilizados para contrapor-se à democracia.

Com relação ao processo de formação do pensamento autoritário no Brasil, iniciei minha análise pelo contexto sociopolítico como espaço para ascensão de um pensamento. O momento é do avanço das ideias revolucionárias de direita e a implantação de regimes autoritários ou totalitários na Europa, após o término da Primeira Guerra Mundial. A crise econômica mundial de 1929, associada ao medo dos movimentos operários e do comunismo, facilitou a penetração das ideias de direita, com suas diversas matrizes.

No Brasil, a formação do pensamento autoritário tem seu início nos anos 1920, diante de um Estado Liberal dominado pelas oligarquias regionais, sistema político adotado com a República proclamada em 1889.

Diante disso, o liberalismo foi associado às práticas oligárquicas, principalmente com a descentralização política que enfraquecia o poder da União. Os anos 1920 representaram o momento de crise, no qual diversos movimentos se opuseram ao sistema político dominante: operários, militares, políticos e intelectuais.

O período que vai dos anos 1920 aos anos 1930 (com a implantação do Estado Novo em 1937) foi de intensa movimentação ideológica. A Revolução de 1930 representou para alguns intelectuais o momento de repensar o Brasil, e o Estado Novo, o apogeu das ideologias autoritárias.

Segundo Boris Fausto (2001, p. 30), os pensadores autoritários, com marcas próprias, inserem-se nessa moldura geral. Oliveira Vianna (1920), Azevedo Amaral (1938) e Francisco Campos (2001) fazem parte de um grupo de intelectuais que ajudaram a construir o pensamento nacionalista autoritário no Brasil.

Os ideólogos do autoritarismo promoveram o culto do Estado como única Instituição capaz de construir a nacionalidade. O regime autoritário deveria reprimir os inimigos externos e internos, a fim de garantir a segurança nacional. Esses intelectuais defendiam a implantação de regimes de força. Sob esse aspecto, Francisco Campos foi quem mais se destacou como teórico ou como formulador de legislação repressiva.

Esses pensadores do movimento político de 1937 definiram o episódio como um novo marco na história brasileira. Francisco Campos interpretou o regime como uma decorrência histórica e necessária da Revolução de 1930, fase final de um importante processo político. Para Francisco Campos, o Estado Novo possibilitara no país a formação de uma consciência nacional, a unificação de uma nação dividida, colocara ponto final às lutas econômicas, impusera silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo.

Azevedo Amaral definiu o regime como uma necessidade e uma inevitabilidade, que viria adequar as instituições às nossas realidades. Campos e Amaral consideravam que Vargas cometera um grave erro ao permitir a reconstitucionalização do país em 1934.

Em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, obra escrita em 1938, Azevedo Amaral ressalta as virtudes do autoritarismo e do Estado Novo, compartilha de pensamentos modernizadores civilizatórios e da necessidade de uma nação dominar seus grupos inferiores, se quiser ser reconhecida como um Estado civilizado e desenvolvido. Para tanto, ele acreditava que o autoritarismo seria o caminho para defender os interesses nacionais e a evolução do Estado e da sociedade. No entanto, é preciso esclarecer que o Estado autoritário bom para o autor era o republicano nacionalista, pois a monarquia seria considerada um regime político exótico, deficiente, distante da nossa realidade política.



Os intelectuais estado-novistas criticavam o liberalismo alienador, inadaptável à realidade brasileira. Oliveira Vianna preconizava a necessidade de um Estado forte para compensar a fragilidade da burguesia brasileira. Azevedo Amaral considerava que o Estado deveria atuar no jogo econômico corrigindo distorções e reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo. A intervenção econômica, segundo o ideólogo, tinha a vantagem de assegurar considerável liberdade à iniciativa privada e, ao mesmo tempo, a de se adaptar às exigências do capitalismo moderno, que ele definia como capitalismo corporativo. O Estado corporativo deveria pensar o planejamento como um dos seus principais meios de intervenção.

No período, os Conselhos Técnicos substituíram o Congresso como órgão de representação. Enfatizou-se o papel da tecnocracia à frente dos negócios públicos, em detrimento da liderança política. Essas ações constituíram novidades introduzidas pelo novo regime.

O governo voltou suas atenções para o mercado interno, abolindo os impostos interestaduais e introduzindo um sistema tributário padronizado, para facilitar a sua integração. Procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através do sistema de substituição das importações que implicava o incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país.

A indústria têxtil e outras acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares. Além disso, houve isenções para importação de bens de capital. As indústrias básicas desenvolveram-se de forma intensa.

Getúlio Vargas tinha como objetivo principal superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico. A meta estabelecida para o progresso indicava a ordem como parceira: neste aspecto, a racionalização do mundo do trabalho e o controle social constituíram um dos pilares da política estado-novista.

Os três ideólogos tinham uma idêntica avaliação do momento em que viviam e possuíam propostas iguais para os problemas do Brasil. Identificaram, por exemplo, como o grande problema do país a questão da construção nacional.

Compartilhavam da ideia de que existia no Brasil um povo, mas não uma nação e nem uma identidade nacional. O regime autoritário era reconhecido como o caminho para se criar a nação, com uma perspectiva culturalista e tradicional em Oliveira Vianna; mais modernizante em Azevedo Amaral, um defensor do capitalismo industrial; e Francisco Campos, adotando um meio termo entre os dois.

Oliveira Vianna e Azevedo Amaral abandonaram os escritos de História Política Tradicional e realizaram uma leitura histórica estrutural, o que lhes permitiu identificar outra fisionomia do país, com auxílio de disciplinas como a Geografia, a Antropologia, a Psicologia e falsos entendimentos sobre o estudo das raças. Ambos os autores tinham uma visão pessimista da formação social brasileira e uma crítica contundente ao liberalismo e ao federalismo, favoráveis à política centralizada, como forma de concluir a construção da nacionalidade e a integração do país.



Desde o final do século XIX, o Estado brasileiro tinha como projeto político construir uma nação soberana e civilizada. A busca da cidadania não se concretizara com a libertação dos escravos, dificultando a formação de uma nação no sentido republicano, ou seja, uma nação na qual seus cidadãos fossem livres e iguais, que tivessem um sentimento coletivo de identidade e com certo nível de participação.

Havia a necessidade de se ter um povo brasileiro, o qual seria a base para a formação da nação, mas no final do século XIX foram suficientes para manter o Estado os homens livres, que tinham alguma posse, com algumas características culturais e biológicas de homem civilizado, alfabetizado e de pele clara.

A forte miscigenação da população brasileira era considerada pela elite um obstáculo ao processo civilizador, ou mesmo uma vergonha frente às nações europeias, pois, de acordo com as teorias evolucionistas do século XIX, a ideia de civilização está vinculada à raça branca ou, pelo menos, à sua hegemonia sobre outras raças.

A questão racial no Brasil criou diversos problemas com relação à nação que se queria. Um questionamento está relacionado à condição de negros e índios tornarem-se cidadãos, ou, então, como lidar com uma população de não brasileiros que habitam as terras brasileiras. A solução de parte do problema da nação foi resolvida pela emancipação dos negros e pela tutela civilizatória dos grupos indígenas, estabelecendo-se assim certa homogeneidade social e cultural que ampliou as bases demográficas do Brasil.

O pensamento autoritário no Brasil teve na questão racial papel importante para sua consolidação. A influência das teorias racistas importadas via Gabineau, Lapouge e outros exerceram influência importante em vários intelectuais brasileiros, mas não podiam determinar apenas a separação de raças e a superioridade do homem branco. Para a realidade do Brasil, era necessário sustentar outro caminho para reorganizar a sociedade brasileira: o do embranquecimento da raça feito por meio da entrada de imigrantes brancos europeus e a proibição da entrada de novos contingentes de negros e asiáticos<sup>5</sup>.

Tanto Oliveira Vianna quanto Azevedo Amaral deram ao fator racial papel relevante nas explicações sobre o Brasil. Oliveira Vianna, desde os seus primeiros trabalhos, defendeu a necessidade do branqueamento do povo para torná-lo capaz de construir a nação.

Azevedo Amaral deu à questão racial papel especial nas suas formulações. Para Amaral, a formação de um tipo étnico, condizente com a tarefa de se construir a nação, era um dever do Estado, a quem caberia, através da promoção da eugenia,

---

5 AHEX. Coleção de Leis do Brasil. Decreto n. 528, de 28/06/1890. Art. 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, excetuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

incentivar as uniões convenientes e a seleção das etnias interessantes no processo de imigração estrangeira. Na obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, a questão étnica é considerada a chave do destino da nacionalidade brasileira. Logo, sustenta a necessidade do embranquecimento da população e o apuramento civilizatório com a crescente injeção de sangue europeu.

#### **4 O EXÉRCITO BRASILEIRO E A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO PARTE DO PENSAMENTO POLÍTICO NACIONAL**

No contexto dessa discussão, o Brasil, na primeira metade do século XX, é nitidamente marcado pela lenta mudança de uma economia predominantemente agroexportadora, característica das economias dependentes que empregam diversos obstáculos contra a criação de novos modelos produtivos, para uma economia urbano-industrial conseguida somente nos 1950, fruto da modernização conservadora realizada a partir do Estado: uma industrialização induzida, sem revolução industrial, sem mudanças radicais na estrutura social.

A crise econômica mundial de 1929 e o prestígio ligado ao progresso da capacidade tecnológica concederam aos países subdesenvolvidos uma nova mentalidade econômica, intensificando a vontade de se industrializarem.

O problema do desenvolvimento econômico tornou-se o principal questionamento de algumas categorias sociais como a dos militares, interessados na modernização do setor a fim de que pudessem ser dirigidos ao desenvolvimento militar.

Como vinha acontecendo desde a Primeira Guerra Mundial, e antes mesmo, as Instituições militares identificavam-se com a industrialização. O conhecimento técnico dos militares (pensamento cientificista) fazia deles os principais agentes no interesse da modernização econômica.

A categoria dos militares representados por seus oficiais tornou-se cada vez mais preocupada com o que considerava a fragilidade da Instituição, ou seja, a dependência econômica dos Estados periféricos em relação aos grandes centros industrialmente mais avançados na obtenção de material bélico.

Segundo J. J. Johnson (1964, p. 61), os países latino-americanos vinham tomando uma nova orientação econômica que desde a Primeira Guerra Mundial foi um dos fatores que favoreceram o crescimento do deslocamento populacional. O processo de urbanização era resultado, em parte, da escassez de terra, da pobreza no meio rural, dos novos padrões de consumo e diversão, da centralização política por que alguns governos passavam, do contínuo crescimento da burocracia estatal e do conhecimento da vida urbana que o serviço militar obrigatório possibilitava.

Segundo Rouquié (1984, p. 53), a construção do Estado estaria de acordo com os interesses das classes dirigentes exportadoras. A necessidade de organização

socioeconômica, de construção de infraestruturas, de expansão dos serviços e da administração pública concorreram para a edificação do Estado.

Nas nações que não completaram a sua integração ao comércio internacional, que viviam voltadas para a pequena produção, nas quais nenhum produto exportável permitisse a emergência de uma burguesia forte e o aparecimento de um poder social estabelecido, a cristalização do Estado demorava muito a se produzir, e as convulsões civis se prolongavam.

Alain Rouquié (1984) não compartilha em suas discussões com a teoria de que nos países desenvolvidos, que possuem um complexo sistema político e uma moderna economia, as forças armadas teriam menos facilidades para se estabelecer e intervir na política.

Segundo Huntington (1996), o profissionalismo dos militares deveria afastá-los das atividades políticas, o que os manteria sob o controle da sociedade civil, teoria esta que se perdeu com o processo de modernização profissional dos Exércitos nos Estados subdesenvolvidos.

Ao analisar a aplicabilidade da teoria de S. Huntington nos dias atuais, observa-se que, pelo menos no Brasil, essa teoria não funcionou, pois o Estado no século XX se desenvolveu a partir de um governo conservador ou autoritário, e foi o Exército profissionalizado que assumiu ou apoiou o poder com intervenções políticas desde o final do século XIX. Ou seja, a descrição de S. Huntington sobre profissionalismo (MCCANN, 1982)<sup>6</sup> não se aplicaria ao Exército Brasileiro.

Segundo F. D. McCann (1982, p. 112), cinco anos depois do clássico *The soldier and the state*, Samuel Huntington publicou um artigo no qual observou que, quando o Exército se concentrava mais em conflitos domésticos do que em guerras contra outros países, podia surgir um padrão de relações entre civis e militares diferente do que ele havia descrito na obra anterior. Com o caso brasileiro, temos o perfeito entendimento dessa complementação teórica realizada por S. Huntington ao analisar a participação do Exército Brasileiro em conflitos como o de Canudos e do Contestado durante o período republicano.

---

6 Nesse trabalho, McCann (1982) analisa o Exército Brasileiro como uma Instituição complexa, sendo que, no capítulo IV, o autor realiza uma abordagem do profissionalismo (Raízes do novo profissionalismo), a partir da discussão bibliográfica da obra de Alfred Stepan, *Os Militares na Política*. As mudanças de padrões na vida brasileira, de 1975, como paradigma de um novo profissionalismo, o da Segurança Interna e do Desenvolvimento nacional que politiza os militares, e de que maneira ele contribui para a expansão do papel dos militares na política; e da obra de Samuel P. Huntington, *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*, de 1957, como paradigma do velho profissionalismo, o da defesa externa, que deixaria os militares politicamente neutros, sob o controle da sociedade civil por causa da intensa especialização que seria incompatível com habilidades políticas. Quando se analisa o papel dos militares brasileiros na política, dentro do contexto pós-1964, o “novo profissionalismo” de A. Stepan seria razoável. No entanto, uma abordagem da questão a partir de uma análise histórica das Instituições militares em períodos anteriores perde a razão de ser por conta da complexidade e do contexto nacional em que a Instituição está enquadrada historicamente.

Para Alain Rouquié (1984, p 59), as forças armadas atuais, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, são consideradas Instituições públicas a serviço do Estado, não devendo ser analisadas de forma isolada, fora do sistema político. Como Instituições militares, os Exércitos estatais dos países subdesenvolvidos são permanentes e responsáveis na maioria das vezes pelas diversas intervenções na política, muitas delas com o objetivo de corrigir possíveis anomalias ocorridas dentro do sistema político, sempre em consonância com os interesses das elites civis.

Ao que tudo indica em Alain Rouquié (1984, p. 122), a origem do Poder Militar está em suas novas responsabilidades cívicas e nacionais e na margem de autonomia que adquiriram através de sua organização mais evoluída. Tanto suas funções como suas histórias incitam a uma participação na “coisa pública”.

O setor militar da burocracia estatal passa a ter interesse em atingir alguns objetivos, tais como: busca da centralização do poder, colocando assim um ponto final à dispersão geográfica ou à impotência do federalismo, como no caso brasileiro em que houve a necessidade de se realizar uma intervenção com o objetivo de integrar as suas nações indígenas e ocupar o sertão centro-oeste e norte desconhecidos; e controlar as fronteiras territoriais para manter a soberania nacional, representando os interesses do Estado.

No entanto, a tarefa de construção do Estado e da nacionalidade não predispõe a uma neutralidade e à indiferença cívica. A importância das funções de defesa em nações que raramente se engajaram em conflitos internacionais banaliza, de alguma maneira, as intervenções políticas como forma de prolongamento de suas atividades específicas.

Estratégias e políticas institucionais são estabelecidas de acordo com os problemas apresentados pelo Estado. Quando os problemas são internos, ou seja, quando os perigos são domésticos, relacionados a questões sociais ou políticas, é solicitada a ação das Instituições militares no controle do problema.

No Brasil, foi o Exército que sufocou os movimentos sociais do mundo rural no sertão da Bahia e nas fronteiras do Paraná e Santa Catarina. No entanto, foram, principalmente, oficiais intermediários que pegaram em armas para lutar contra o sistema político da República Velha.

Outro fato importante discutido por A. Rouquié é que os oficiais que atingem o profissionalismo do início do século XX, no contexto dos Exércitos mais modernos, entregam sua lealdade à Instituição militar considerando que dessa maneira estão servindo ao Estado<sup>7</sup>, tornando essa discussão desnecessária, uma vez que essa aproximação com a política acabaria por estabelecer uma conexão com articulações nas áreas do poder, o que facilitaria a intervenção dos militares.

Para Alain Rouquié (1984, p. 128-129), esse comportamento pode levar a uma usurpação militarista. Para as forças armadas, a tomada do poder pelos militares

---

7 Segundo S. Huntington no livro *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*, o profissionalismo afasta os militares da política.

membros do aparelho do Estado é apenas uma forma de reajuste interno. Portanto, um golpe de Estado feito pelos militares é uma intervenção do próprio Estado nele mesmo, provocando uma ruptura, na qual a parte é tomada como o todo, um setor da burocracia estatal, tornando-se governante.

No caso dos países subdesenvolvidos, uma Instituição militar moderna, símbolo de progresso, pode ser considerada um instrumento de centralização e de reforço, enfim, de apoio na construção do Estado. O prestígio dessa Instituição bem organizada e bem preparada reflete sobre o próprio Estado. Percebe-se que as Instituições militares latino-americanas vão adquirindo essa condição a partir do contato com as missões militares estrangeiras, principalmente francesas e alemãs.

Esse debate inicial corrobora com a investigação de que os militares foram a principal categoria profissional da sociedade brasileira que defendeu a modernização do estado via processo de industrialização. Com o discurso de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra (1937-1945), percebe-se o interesse institucional para o avanço da industrialização no Brasil.

Para construir o pensamento político autoritário e nacionalista na Instituição, tomei por base a análise de alguns documentos oficiais, reservados ou não, produzidos pelo General Dutra à frente do Ministério da Guerra.

O primeiro documento analisado foi o Relatório Secreto das principais atividades do Ministério, durante o ano de 1941, encaminhado ao Presidente da República. Na seção sobre o ensino militar e o recrutamento dos chefes, Dutra registra que a finalidade de toda educação moderna é a formação da unidade espiritual da nação, do melhor dirigente nacional e a seleção dos chefes. Seria toda uma obra de autoridade e de respeito, fundada em critério severo e conduzido com justiça, carinho e energia.

Para o Ministro, haveria, em matéria de educação, dois sistemas presentes que se contrariavam: o sistema autoritário e o sistema liberal. Com relação ao segundo, observa que já havia sido feita uma experiência no domínio público e que o resultado fora o mais desastroso possível. Criticava o ensino liberal, o qual pregava publicamente o desacato à disciplina e o descaso à autoridade, tornando a educação artificial, pois não atingia a alma do futuro cidadão.

Segundo o General Dutra, o modelo ideal era fundado nos princípios psicológicos e autoritários, calcado nas regras da disciplina social, cujo fim era formar valores reais e positivos que em todos os domínios fossem úteis e socialmente aproveitáveis.

Tornar negligentes as normas da disciplina seria estragar completamente o caráter do adolescente; seria enfraquecer-lhe a vontade, entregá-lo ao acaso dos caprichos, deixá-los vacilar entre o bem e o mal, torná-lo incapaz de jamais tomar uma forte resolução, de praticar sólidas virtudes e de fixar-se invariavelmente no bem.

O Ministro da Guerra declara ainda que, na vida, as qualidades de caráter representam um papel preponderante. A iniciativa, o julgamento, a perseverança, a precisão, a energia, o domínio de si mesmo, o sentimento do dever são aptidões sem as quais todos os dons da inteligência são inúteis.

Para Dutra, essas qualidades de caráter desenvolvem-se pela educação no sistema autoritário e disciplinado, em que a personalidade infantil é cuidadosamente guiada para os fins sociais a que se destina. Era, em última análise, a formação da unidade moral dos espíritos, isto é, a criação da comunidade respeitosa.

O General Dutra conclui seu pensamento nesse documento, registrando que, por causa da diversidade de educação adotada no Brasil, o quadro de oficiais e graduados do Exército não possuía uma doutrina uniforme de conduta que tornasse seus elementos constitutivos solidários e coesos, imunes de certas ideias exóticas e de certos desvios que tanto pesar e abalo já tinham ocasionado à Instituição.

Já na questão relacionada à industrialização, a melhor forma de materializar a opinião do Exército é através da análise dos relatórios ministeriais produzidos pelo General Dutra durante a sua gestão frente ao Ministério da Guerra.

No relatório de 1937, o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, analisou a situação do Exército Brasileiro em relação ao aparelhamento de material bélico. O ministro relatou ao Presidente da República o problema relacionado à falta de armamento, articulando sua discussão à necessidade de um Estado nacional condicionar suas ações políticas ao poder das armas que possui, não por ambição, nem por simples domínio hegemônico no continente, mas para salvaguardar o respeito dos outros países.

Para o General Dutra, o Brasil não deveria contar com a confiança da possível cordialidade internacional. Ressaltou, ainda, a necessidade de se libertar da dependência estrangeira, criando indústrias militares nacionais para suprirem a necessidade interna por material bélico de qualidade.

O General Dutra destacou, mais uma vez, no ano de 1942<sup>8</sup> o problema de material do Exército Brasileiro, relacionado, principalmente, com a fabricação nacional dos nossos materiais de guerra. Articulou a questão do material bélico à premência de um grande esforço na organização nacional para estimular o progresso geral. Enfatizou, ainda, no seu relatório, o patriotismo sadio do povo brasileiro e a riqueza de matéria-prima existente no território.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser parte importante na política de configuração

---

8 AHEX. Relatório do Ministério da Guerra de 1942.

e consolidação do Estado republicano, na qual o Exército desempenhou papel de primeira grandeza.

O Exército conformava-se à imagem do Estado, assegurando as aspirações republicanas. O investimento no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, conseguida principalmente com a ação das missões militares estrangeiras, transformou esses oficiais em atores políticos intervencionistas.

Nos países subdesenvolvidos da América Latina após 1930, muitos de seus Oficiais foram movidos por impulsos modernizadores conservadores, pelos quais apoiaram movimentos golpistas e revolucionários centralizadores, por encarem com receio ou suspeita a política democrática e os projetos de reformas sociais.

O estabelecimento do pensamento político autoritário brasileiro correspondeu ao momento de avanço das ideias revolucionárias extremistas e a implantação de regimes totalitários na Europa, contextualizado pelo medo dos movimentos radicais de trabalhadores urbanos e pelo medo do comunismo nacional e internacional.

No fim, o regime autoritário caiu por terra em 1945 sem resistência. No entanto, a história revelaria que o derrotado foi o Estado Novo, e não o seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto direto e com preferência de amplos setores sociais, principalmente os populares. Mesmo antes disso, Vargas havia mostrado sua força política nas eleições de 1946, quando elegeu para a Presidência da República o candidato do Partido Social Democrático, General Eurico Gaspar Dutra, vencendo o candidato da oposição o udenista Brigadeiro Eduardo Gomes.

O Estado Novo encerrou-se em 1945, mas a presença de Vargas na política foi bem mais longe. A era Vargas é sempre mencionada por admiradores e opositores como um momento importante da história brasileira. Para criticar ou elogiar, o varguismo continua sendo uma referência essencial para a compreensão da história política brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, A. J. de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

CAMPOS, F. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CARNEIRO, M. L. T. *Antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasileiro, 1988.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas: Papyrus, 1986.



CARVALHO, J. M. de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FAUSTO, B. *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

HUNTINGTON, S. P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. et al. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MCCANN, F. D. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Tradução de Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOTTA, J. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ROUQUIÉ, A. *O Estado Militar na América Latina*. Tradução Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STOPPINO, M. Autoritarismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCI; PASQUINO G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et al. Coordenação de tradução e revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5. ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

VIANNA, F. J. O. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.